



IV Mostra de Pesquisa
da Pós-Graduação
PUCRS

A Genealogia do Poder em Michel Foucault

Fernando Danner, doutorando em Filosofia; Prof. Dr. Nythamar de Oliveira (orientador)

Programa de Pós-Graduação em Filosofia; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; PUC-RS

Considerações Iniciais

O projeto de uma genealogia do poder surgiu no pensamento de Foucault a partir da década de 1970, principalmente com a publicação de *Vigiar e Punir* (1975) e da *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976), complementando o projeto de uma arqueologia do saber. O que passa a interessar a Foucault é o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos.

A grande diferença entre uma e outra é que “a arqueologia pretende alcançar um modo de descrição (liberado de toda ‘sujeição antropológica’) dos regimes de saber em domínios determinados e segundo um corte histórico relativamente breve; a genealogia tenta, recorrendo à noção de ‘relações de poder’, o que a arqueologia deveria contentar-se em descrever”¹. Enquanto a arqueologia (*Ser-Saber*), procurou analisar as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas, a genealogia (*Poder-Saber*) procurava analisar o surgimento dos saberes, que se dá a partir de “condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que, imanentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante –, os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica”². O que Foucault quer mostrar é que não existem sociedades livres de relações de poder. Os indivíduos são o resultado imediato dessas relações de poder.

O objetivo do texto é demonstrar que o indivíduo é o resultado de inúmeros processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes, que os capturam, dividem, classificam.

¹ MOREY, Miguel. “La Cuestión del Método”. In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del Yo y Otros Textos Afines*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1991, p. 9-44.

I

Não existe, em Foucault, uma teoria do poder (nem era sua pretensão fundar uma). Em oposição à teoria, Foucault propõe que se faça uma ‘analítica do poder’. Pois, segundo ele, “se tentarmos construir uma teoria do poder, será necessário sempre descrevê-lo como algo que emerge num determinado lugar e num tempo dados, e daí deduzir e reconstruir sua gênese”³. Portanto, não existe ‘o Poder’, o que existe são relações de poder, isto é, “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”⁴.

Uma das principais idéias que perpassam a analítica do poder de Foucault é uma espécie de deslocamento em relação à teoria política tradicional, que atribuía ao Estado o monopólio do poder. O que parece evidente nas investigações de Foucault é a existência de uma rede de micro-poderes a ele (ao Estado) articulados e que atravessam toda a estrutura social. Portanto, trata-se de buscar analisar o poder partindo não do seu centro (Estado) e ver como ele se exerce em níveis mais baixos da sociedade (análise descendente), mas sim o inverso, isto é, partir desses micro-poderes que atravessam a estrutura social e ver como eles se relacionam com a estrutura mais geral do poder que seria o Estado (análise ascendente). Segundo Foucault:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos⁵.

Como se pode perceber, as análises de Foucault mostram uma não identidade entre poder e Estado. O poder não pode ser visto como um processo global e centralizado de dominação que se exerceria em diversos setores da vida social, mas sim que funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos que atravessam toda a sociedade e do qual nada nem ninguém escapa.

² MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a Trajetória da Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 187.

³ FOUCAULT, Michel. *Confession of the Flesh*, p. 199.

⁴ MACHADO, Roberto. “Por uma Genealogia do Poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. X.

⁵ FOUCAULT, Michel. “Soberania e Disciplina”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 182.

A analítica do poder de Foucault impõe um deslocamento em relação ao Estado, na medida em que identifica a existência de uma série de relações de poder que se colocam fora dele e que de maneira alguma deve ser analisada em termos de soberania, de proibição ou de imposição de uma lei. Porém, Foucault não quer negar a importância do Estado; sua intenção é demonstrar que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e se estendem por toda a sociedade. Digamos assim: não apenas o Estado, na modernidade, foi o centro de controle e de formação da sociabilidade; instituições como a escola, as ciências, a fábrica, o quartel, o hospício, etc., também foram fundamentais (basta citar o caso da escola enquanto uma das instituições centrais da modernidade e de nosso tempo) no que diz respeito à formação das massas, no que diz respeito à legitimação da racionalidade capitalista. Afirmar que o poder se restringe ao Estado, sendo sua função exclusiva, seria avaliar parcialmente a conexão que o Estado estabelece com estas instituições: que seria, por exemplo, da racionalidade estatal sem o ensino na escola, o desenvolvimento científico, o trabalho na fábrica, a punição na prisão, etc.? Diz ele:

Situar o problema em termos de Estado significa continuar situando-o em termos de soberano e soberania, o que quer dizer, em termos de Direito. Descrever todos esses fenômenos do poder como dependentes do aparato estatal significa compreendê-los como essencialmente repressivos: o exército como poder de morte, polícia e justiça como instâncias punitivas, etc. Eu não quero dizer que o Estado não é importante; o que quero dizer é que as relações de poder, e, conseqüentemente, sua análise se estendem além dos limites do Estado. Em dois sentidos: em primeiro lugar, por que o Estado, com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo de reais relações de poder, e principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia, etc.⁶

Daí, sem dúvida, a importante afirmação de que o poder não é uma coisa, uma propriedade que pertence a alguém ou alguma classe; não existe, de um lado, aqueles que detêm o poder (dominantes) e, de outro, aqueles que a ele estão submetidos (dominados). Na realidade, ‘o Poder’ não existe. Existe, sim, práticas ou relações de

⁶ FOUCAULT, Michel. *L'impossible Prison : Recherches sur le Système Pénitentiaire au XIX Siècle*. Paris: Éd. Du Seuil, 1980, p. 122.

poder. Logo, o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona em rede e que, portanto, deve ser entendido antes como uma tática, manobra ou estratégia do que uma coisa, um objeto ou bem. Em *Vigiar e Punir*, Foucault afirma:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados⁷.

O que parece evidente nas investigações de Foucault é uma espécie de “funcionalidade” do poder. Isto é, a idéia de que o poder funciona como uma maquinaria que não está localizado em um lugar específico, mas que se dissemina por toda a estrutura social e a perpassa. Trata-se de relações de poder que constituem um sistema de poder, a partir de instituições que mantêm uma ligação social, política entre si com base no Estado: temos, como exemplo, o aparato estatal, meios de comunicação, escolas, fábricas, e o que é legítimo e/ou ilegítimo a eles enquanto elo comum de suas relações. “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares”⁸. Isto implica que as próprias lutas contra o seu funcionamento não possam ser feitas de fora, do exterior, pois nada nem ninguém está livre de poder; ele está, como vimos, em toda parte e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E, como afirma Foucault, onde há poder há resistência,

[...] não existe [...] *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessários, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo

⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 29.

⁸ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976, p. 89.

estratégico das relações de poder. [...] As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível”⁹.

Em suma, Foucault rejeita a idéia de poder inspirada no modelo econômico, do poder como mercadoria, como um bem que se possui. Um aspecto importante da analítica do poder de Foucault é a adoção do modelo da guerra à inteligibilidade das relações de poder. Assim, “o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios”¹⁰. Ou seja, o poder é luta, enfrentamento, disputa, relação de forças, estratégia, onde se tem por objetivo acumular vantagens e multiplicar benefícios. Portanto, é em termos de guerra que melhor podemos compreender o modo pelo qual se desdobra e se articula a extensa rede de poderes que atravessa o corpo social. A base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças sociais em antagonismo constante.

Ao adotar o paradigma da guerra à inteligibilidade das relações de poder, Foucault tenta escapar das insuficiências da análise tradicional do poder onde, em geral, a reflexão se dá em termos de Direito e soberania, os quais, via de regra, caíam numa perspectiva onde o poder se exerceria através de aspectos negativos – proíbe, obstaculiza, constrange, etc. – e sob a forma da lei. A utilização deste modelo se inscreve na preocupação de Foucault de desenvolver o instrumental teórico necessário a uma nova análise do poder. Diz ele:

O que me parece certo é que, para analisar as relações de poder, só dispomos de dois modelos: o que o Direito nos propõe (poder como lei, proibição, instituição) e o modelo guerreiro ou estratégico em termos de relações de forças. O primeiro foi muito utilizado e mostrou, acho eu, ser inadequado: sabemos que o Direito não descreve o poder. O outro sei bem que também é muito usado. Mas fica nas palavras: utilizam-se noções pré-fabricadas ou metáforas (‘guerra de todos contra todos’, ‘luta pela vida’) ou ainda esquemas formais (as estratégias estão em moda entre alguns sociólogos e economistas, sobretudo americanos). Penso que seria necessário aprimorar esta análise das relações de força¹¹.

⁹ *Ibidem*, p. 91-92.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. “Genealogia e Poder”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 176.

O que a genealogia do poder operada por Foucault se propõe é desenvolver uma concepção não-jurídica do poder. Ou seja, não se pode dar conta do poder se ele é caracterizado como algo que fundamentalmente diz respeito à lei e à repressão. A crítica de Foucault se dirige principalmente a duas direções: a primeira diz respeito às teorias dos filósofos do século XVIII, que definem o poder como direito originário que se cede para se constituir a soberania e que tem como objeto o contrato social; a segunda, às teorias que fazem a crítica do abuso do poder, caracterizando o poder não somente por transgredir o direito, mas o próprio direito por ser um modo legal de exercício da violência e o Estado, cujo papel central é realizar a repressão, isto é, o poder como uma espécie de violência legalizada¹².

Na realidade, o que Foucault procurou fazer em *Vigiar e Punir* (com o estudo das instituições carcerárias) e em *A Vontade de Saber* (a partir do estudo da constituição da sexualidade) é justamente mostrar que é um equívoco procurar qualificar o poder como fundamentalmente repressivo, que diz “não”, que castiga, que impõe limites, etc. Em oposição a essa concepção negativa do poder, característica das teorias dos filósofos do século XVIII que o identificam o poder com o Estado (ou o Estado como foco central do poder) e que o consideram essencialmente como aparelho repressivo, na medida em que seu modo de exercício sobre os cidadãos se daria essencialmente por meio de violência, de coerção, de opressão, da imposição de limites, etc., Foucault acrescenta uma concepção positiva do poder, que justamente tem por objetivo compreender o poder livre de termos como dominação e repressão. Em *Vigiar e Punir*, Foucault afirma:

“É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ‘ele exclui’, ele ‘reprime’ ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”¹³.

Foucault mostra claramente, na passagem acima, que não se explica o poder quando se procura caracterizá-lo como essencialmente repressivo. Ao contrário das

¹¹ FOUCAULT, Michel. “Não ao Sexo Rei”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 241.

¹² Cf.: MACHADO, Roberto. “Por uma Genealogia do Poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: 1979, p. XV.

tradições que afirmam que só pode haver saber em locais livres de relações de poder, Foucault deixa claro que:

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento¹⁴.

II

A análise genealógica do poder se complementa com o estudo do poder disciplinar e, posteriormente, com a análise do biopoder. Vejamos, agora, como Foucault tematiza cada um deles.

Foi principalmente em *Vigiar e Punir* e nos cursos que ministrou no *Collège de France*, nos anos de 1970, que Foucault mostrou como surgiram, a partir do século XVII, técnicas de poder que, centradas no corpo dos indivíduos, causaram resultados profundos e duradouros no âmbito macropolítico (principalmente no que diz respeito a consolidação do Estado liberal, que é o estado moderno). Tais técnicas de poder são chamadas por Foucault de disciplinas.

A disciplina é uma técnica, um mecanismo, um dispositivo de poder, são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade”¹⁵. Como se pode perceber, as disciplinas trabalham diretamente o corpo dos indivíduos, manipulam seus gestos e comportamentos, formam-no, adestram-no. Poder invisível que permite ver tudo permanentemente sem ser visto e que tem no *Panopticon* de Bentham seu modelo basilar. Seu surgimento esteve ligado ao crescimento do aparelho de produção e à grande explosão demográfica do século

¹³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p. 161.

¹⁴ *Ibidem*, p. 30.

XVIII. Aliás, a dominação política do corpo que ela realiza tem como característica fundamental a fabricação de um tipo de homem necessário ao bom funcionamento da economia capitalista.

Passamos agora para a tematização do biopoder (ou biopolítica). O último capítulo de *A Vontade de Saber* dá um novo rumo às análises genealógicas do poder, que posteriormente se complementam com a publicação de obras como *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979).

Por biopoder deve-se entender um poder que se aplica à vida dos indivíduos, isto é, aos corpos, naquilo que eles têm em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie. Trata-se de uma biopolítica porque os novos objetos de saber que criam “a serviço” do novo poder destinam-se ao controle da própria espécie; e a população é o novo conceito que se constrói para dar conta de uma dimensão coletiva que até então não havia sido uma problemática no campo dos saberes.

A população é esse “novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”¹⁶. E, para compreender e conhecer melhor esse corpo, é preciso não apenas descrevê-lo e quantificá-lo – por exemplo: em termos de nascimento e de mortes, de fecundidade, de morbidade, de longevidade, de migração, de criminalidade, etc. – mas também jogar com tais descrições e quantidades, combinando-as, comparando-as e, sempre que possível, prevendo seu futuro por meio do passado. E há aí a produção de múltiplos saberes, como a Estatística, a Demografia e a Medicina Sanitária.

Estabelecem-se, assim, dois conjuntos de mecanismos complementares e articulados entre si, que ocupam esferas diferentes: na esfera do corpo, o poder disciplinar; na esfera da população, o biopoder, atuando por meio de mecanismos reguladores.

Minha suspeita é de que tanto a anatomopolítica quanto a biopolítica encontram seu sentido justamente a partir da gênese e do desenvolvimento do Estado liberal, já que, segundo Foucault, elas somente podem ser entendidas convenientemente no

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975, p.129.

quadro instituído pela racionalidade do liberalismo clássico, em vista justamente do desenvolvimento das relações capitalistas. Com efeito, embora não muito mencionado, nas obras da fase genealógica aparecem observações esparsas, mas muito importantes, que nos permitem localizar os procedimentos institucionais da anatomopolítica e da biopolítica dentro do âmbito de ação do Estado liberal clássico e, mais ainda, ligar instituições centrais para a sociedade moderna – como a escola, a fábrica e até as ciências – à racionalidade do liberalismo clássico, ao capitalismo então em desenvolvimento.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 292.